

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR  
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0801628-35.2023.8.10.0000 Paciente: WEMERSON  
BENEDITO CASTRO NERES Impetrantes: CELSO ANTÔNIO MARQUES JÚNIOR (OAB/MA Nº  
21.110) e JEFFERSON DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB/DF Nº 18.149-E) Impetrada:  
JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPECURU-MIRIM Relator:  
DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO  
QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM  
PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES  
PESSOAIS FAVORÁVEIS. SEM RELEVÂNCIA. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO CONCEDIDO AOS  
CORRÉUS. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. EXCESSO  
DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO  
VERIFICADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. I. Em vista da natureza  
excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade de  
sua imposição e/ou manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada e  
com base em dados concretos, o preenchimento dos requisitos previstos no  
art. 312 do Código de Processo Penal. II. No caso em exame, a custódia  
cautelar foi adequadamente imposta como forma de salvaguardar a ordem  
pública (art. 312, CPP). Destacou-se, na origem, a periculosidade concreta  
dos acusados, que arquitetaram e executaram o homicídio, aparentemente no  
contexto de disputas de facções criminosas, além do modus operandi  
empregado no cometimento do crime, uma vez que os supostos autores do  
delito teriam invadido a residência da vítima e, contra ela, desferido  
cerca de 19 (dezenove) disparos de arma de fogo de calibres variados. III.  
Ademais, recentemente a magistrada singular manteve o ergástulo preventivo  
do paciente por permanecer íntegros os motivos que ensejaram a medida  
extrema, consignando a imprescindibilidade do seu encarceramento também  
para a garantia da aplicação da lei penal, uma vez que, não obstante a  
prisão tenha sido decretada em 18/11/2021, somente em 23/11/2022 foi dado  
cumprimento ao mandado, tendo aquele se evadido do distrito da culpa  
durante todo este período. IV. O mero relato de predicados favoráveis, por  
si só, não tem o condão de desconstituir a custódia antecipada, tampouco  
autorizar a aplicação de medidas cautelares alternativas, na hipótese em  
que presentes os pressupostos autorizadores do encarceramento, como na  
espécie. V. O art. 580 do Código de Processo Penal permite que, na  
hipótese de concurso de agentes, a decisão judicial favorável proferida em  
favor de um acusado estenda-se aos demais, desde que as situações fático-  
processuais sejam idênticas e não esteja a decisão beneficiadora fundada  
em motivos de caráter eminentemente pessoal. Precedentes. VI. Não há, no  
caso em testilha, identidade fático-processual entre o paciente e os co-  
investigados que tiveram a segregação substituída por medidas cautelares  
em 27/06/2022, pois a decisão amparou-se no fato do ergástulo cautelar  
daqueles perdurar há mais de 06 (seis) meses sem que houvesse sido  
iniciada a instrução processual, ao passo que o primeiro evadiu-se do  
distrito da culpa, inclusive dando causa ao retardo da marcha processual.  
VII. Constrangimento ilegal por excesso de prazo não configurado na  
espécie, uma vez que o feito tem duração razoável e compatível com as  
peculiaridades da ação, que decorre de uma complexa investigação policial,  
apura a prática dos crimes de homicídio qualificado consumado e tentado,  
contém 06 (seis) réus no polo passivo (alguns deles foragidos), demandou a  
expedição de cartas precatórias e editais para citação e, por fim, exigiu  
o desmembramento em relação aos revéis. VIII. Ordem conhecida e denegada.  
São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior  
Desembargador Relator (HCCrim 0801628-35.2023.8.10.0000, Rel.  
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL,

Tue Jul 22 14:32:50 2025 fdc4aa29fd86a700f4d9754ad9a.txt

2

DJe 28/03/2023)